



ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

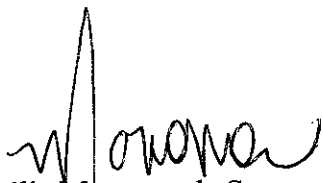
Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, com o início às dez horas, realizou-se a Nonagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor Geral do DNIT, Sede do DNIT em Brasília/DF, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, sob a Presidência da Senhora Natália Marcassa de Souza – Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no Livro de Presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG. Compareceram como convidados os Senhores Adailton Cardoso Dias – Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; Luiz Augusto dos Santos – Auditor Chefe do DNIT; e Alexandre Quaresma Inácio Silveira – Coordenador Geral de Modernização e Informática do DNIT. Passando à ordem do dia, a Presidente declarou aberta a sessão, e o Conselho de Administração passou a examinar as matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1 – Leitura, votação e aprovação da Ata da 96ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Na sequência, em se tratando do **Item 2 – Apresentação de providências relativas à CGTI, após a 95ª Reunião do CONSAD/DNIT**, o Senhor Alexandre Quaresma exibiu, por meio de slides, algumas fotos sobre as melhorias implantadas pela Coordenação Geral quanto à exposição realizada na 95ª Reunião do Conselho e demandadas pelos Conselheiros naquela oportunidade. Apresentou algumas das modificações realizadas no local onde funciona o *Datacenter* do DNIT, como a disponibilização de segurança armada, localizada na porta de entrada para o ambiente; a remoção de caixas de madeira, papelão e demais objetos, os quais apresentavam risco de incêndio, além de outras providências para melhoria do lugar. O Senhor Valter complementou as informações, dizendo que o DNIT implantou uma nova área destinada ao arquivo central, na qual foram instalados arquivos deslizantes, próxima ao *Datacenter*, e, desse modo, explicou que materiais destinados a essa recente organização estavam alojados nas proximidades do *Datacenter* e, com o rearranjo do espaço, houve uma melhoria das condições de ambas as áreas. Por fim, o Senhor Alexandre se colocou à disposição, caso o Conselho necessite de maiores informações sobre o assunto. Os membros, então, agradeceram por sua presença e passaram à apreciação do **Item 3 – Apresentação do papel da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT**, ocasião em que foi passada a palavra ao Senhor Adailton Cardoso Dias, que iniciou sua explanação dizendo que a apresentação foi elaborada não apenas para subsidiar a convocação feita pelo Conselho de Administração, mas também por ser necessário fazer um levantamento das atividades da Diretoria pela qual é responsável, tanto no presente, quanto no que se refere a desenvolvimento de projetos futuros. Em seguida, discorreu brevemente acerca da estrutura do DNIT, sua função institucional, sua estrutura organizacional e suas Diretorias finalísticas. Abordou o mapa estratégico da Autarquia, que foi elaborado para, entre outros fatores, alcançar uma maior sinergia com o Ministério dos Transportes; e mencionou um dos focos de atuação do DNIT, qual seja, a garantia da qualidade das obras e serviços prestados, destacando o papel fundamental do Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR no provimento de instrumentos de aferição da qualidade das obras. O Senhor Adailton, ainda em relação ao mapa estratégico, citou o contrato estabelecido com o Consórcio Accenture–Dynatest, no âmbito do Edital nº.

354/2014, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados no assessoramento em gestão pública e em engenharia consultiva, para atuação nas áreas de planejamento e gestão, com aprimoramento dos mecanismos de governança e gerenciamento das demandas dos empreendimentos e programas previstos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Disse que o Consórcio deve gerar indicadores relacionados aos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico do DNIT, além de um relatório de acompanhamento para o primeiro semestre do ano de 2016; e que as informações obtidas serão disponibilizadas no Portal AD (Accenture–Dynatest), por meio do qual, com *login* e senha, se poderá acessar indicadores dos empreendimentos agrupados por status e visualizar um panorama de seu progresso. O Senhor Zarak de Oliveira perguntou quem alimentará o sistema com informações, ao que o Senhor Adailton respondeu que há previsão contratual para o Consórcio, em um primeiro momento, proceder com tal função e com a sistematização do fluxo; e, num segundo momento, caberá aos Escritórios de Empreendimentos, que serão implantados nas Diretorias Setoriais e estarão sob responsabilidade do Escritório instalado na Diretoria Executiva, a inserção de dados. O Senhor Zarak também questionou se será necessário fazer um termo aditivo quando o prazo contratual findar, ao que o Senhor Adailton respondeu afirmando que não, pois o arquivo-fonte pertencerá ao DNIT, que, por meio de seus técnicos, está acompanhando de perto o desenvolvimento do sistema e poderá inclusive fazer manutenção do mesmo no futuro. Passando às competências da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP, o Senhor Adailton apresentou, de maneira concisa, um rol de atribuições e, em seguida, abordou a estrutura organizacional da DPP, formada pela Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos – CGPLAN, Coordenação Geral de Desenvolvimento e Projetos – CGDESP, Coordenação Geral de Meio Ambiente – CGMAB, Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento – CGDR e pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR. Apontou, como novidades, a criação da CGDR, cujas atividades cresceram devido ao aumento da carteira de empreendimentos e a necessidade de atuar junto aos processos de desapropriação; a criação de uma Coordenação específica ligada a projetos e estudos na área aquaviária; e a realocação do IPR na Sede do DNIT, em Brasília/DF; justificou que a permanência do Instituto no Rio de Janeiro dificultava a interação com as demais áreas da Autarquia, além de outras questões afetas à dinâmica administrativa. O Senhor Herbert Drummond aclamou esta iniciativa de trazer o IPR para Brasília/DF como uma das boas notícias que recebeu sobre o DNIT, nos últimos tempos. O Senhor Luciano de Castro aproveitou o ensejo e mencionou uma ideia, que vem sendo pensada por alguns grupos no Ministério, de criação do Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias – INPF. Disse que deveria ser ponderada a possibilidade de criar um único Instituto de Pesquisas, destinado a abarcar matérias de todos os modais. Asseverou que o IPR, no Rio de Janeiro, possui uma estrutura muito bem equipada e, desse modo, considerou que deveria ser mantida e utilizada por esse novo Instituto a ser criado. O Senhor Adailton, retomando a palavra, disse que a intenção é fazer a junção de todos os Institutos de Pesquisa em apenas um, a ser chamado Instituto Nacional de Pesquisa em Transportes – INPTrans, e que este Instituto seja montado dentro do campus da Universidade de Brasília – UnB, junto ao Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – CEFTRU, visto ser uma parceria importante pelo interesse comum na área e pela disponibilidade de mão de obra qualificada, para atuar em desenvolvimento de pesquisas, lá existente. Em face da discussão sobre o INPTrans, a Presidente, então, recomendou que fosse feita uma apresentação sobre a proposta de criação deste Instituto na próxima Reunião do Conselho de Administração. Voltando à apresentação sobre a estrutura da DPP, o Senhor Adailton citou, no bojo das iniciativas estratégicas, a gestão ambiental e a intenção de passar a contratar estudos nesta área por produtos e por estados. Asseverou que as demandas da área ambiental são um dos grandes entraves enfrentados pela Autarquia atualmente. Ainda a respeito desta área, mas se tratando dos projetos estruturantes a cargo da CGMAB, fez menção ao Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS e asseverou a necessidade de se rediscutir os termos do Programa, visto exigir a aplicação elevada de recursos, se

sobrepondo, inclusive ao custo com a manutenção das rodovias. A respeito dos outros projetos estruturantes, arrazouou brevemente acerca dos seguintes programas e sistemas: Programa de Reabilitação de Obras de Arte Especiais – PROARTE, e o respectivo Sistema de Gerenciamento – SGO; Programa Federal de Faixa de Domínio – PROFaixa; Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias; Programa de Avaliação Socioeconômica – PAS; Programa Nacional de Contagem de Tráfego – PNCT; DNITGeo – Geotecnologias Aplicadas; SNVWEB; Sistema de Gerência de Pavimentos – SGP; Veículo de Diagnóstico de Rodovias – VDR; Programa Nacional de Manutenção Rodoviária – PNMR; Novo PNMR; Aerofotogrametria; e GEOSicro. Logo após, o Senhor Adailton ponderou acerca da carteira de empreendimentos para os quais devem ser elaborados projetos, ainda em definição, e sobre a dificuldade financeira para dar continuidade às ações previstas. Disse que, após a determinação da carteira de empreendimentos, projetos e estudos, solicitará sua inserção nos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, junto ao MPOG. No ensejo, o Senhor Herbert perguntou se havia uma listagem destes empreendimentos, ao que o Senhor Adailton prontamente respondeu, mostrando uma carteira de contratos de estudos e projetos previstos para o período de 2016 a 2019, além de uma estimativa de investimento no montante de cerca de R\$3,3 bilhões (três bilhões e trezentos milhões de reais). Por fim, explanou a respeito de projeção da condição da malha rodoviária federal, mostrando o cenário de investimento versus a condição; e avaliou que, em função do investimento atual e previsto para o futuro, a qualidade, de até metade da malha, poderá estar entre ruim e regular, no ano de 2018. Nessa oportunidade, a Senhora Presidente afirmou que, para o exercício de 2016, os projetos não entrarão na previsão de contingenciamento orçamentário, disse que serão mantidos os níveis atuais de investimento. O Senhor Valter Casimiro acrescentou que a Diretoria Colegiada do DNIT não tem dado ordem de início para novas obras e que a diretriz é que sejam elaborados os projetos dos empreendimentos importantes, para que, em 2017, sejam iniciadas as obras. Ao final, os membros do Conselho agradeceram a exposição do Senhor Diretor de Planejamento e Pesquisa e, após sugestão do Senhor Valter Casimiro, decidiram que, na próxima Reunião do Conselho, será realizada apresentação da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária. No que diz respeito ao **Item 4. Relatório Preliminar da 2ª Fase de Auditoria, relativa à gestão de multas**, o Senhor Luiz Augusto dos Santos, Auditor Chefe do DNIT, apresentou o Relatório Preliminar de Auditoria Especial nº. 23/2015/AUDINT/DNIT, de 20/11/2015, um Sumário Executivo deste Relatório e um Quadro, no qual foram apontadas as 06 (seis) etapas do processamento das multas, desde a captura das imagens até o envio das notificações pelos Correios. A fim de facilitar a compreensão dos presentes e dar celeridade à exposição, focou sua fala no conteúdo deste Quadro, que continha os percentuais de imagens, capturadas pelos equipamentos de controle de velocidade nas rodovias, as quais não são aproveitadas e das imagens válidas, tendo exposto as perdas, em cada uma das seis etapas, em relação às imagens recebidas para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, separadamente e para o período de 2012 a 2015, e, por fim, a relação de Notificações de Autuações emitidas pelo total de imagens, também para esses anos. Em seguida, explanou especialmente sobre a parte do Sumário Executivo que trata das constatações, recomendações e informações concernentes a esta etapa de Auditoria. Complementando as informações apresentadas, o Senhor Valter Casimiro explicou que, nos moldes como se encontra a atual contratação dos equipamentos de controle de velocidade, as etapas do processo que vão da captura das imagens, do processamento até a efetiva expedição das notificações de autuação pelos Correios são bastante complicadas, demandam tempo, talvez desnecessário, além de não estarem numa sequência adequada. A Presidente então perguntou quanto tempo ainda durará esse contrato, ao que o Senhor Valter disse que ainda mais um ano para se fazer a transição para o novo contrato. A Presidente perguntou se o DNIT já tinha estabelecido contratos anteriores ao ano de 2012. O Senhor Valter disse não ter conhecimento e o Auditor disse que, nesse modelo, com a instalação de radares nas rodovias, acredita ser a primeira vez. A Presidente considerou que um dos erros apontados

no atual contrato é a falta de um indicador de desempenho com relação à questão das imagens. O Auditor disse que, em interação com a área responsável, constatou que haverá, no próximo contrato, pontos de controle e inovações que permitirão avaliar o desempenho e a captura das imagens. O Diretor Geral, então, interveio e disse que solicitou à Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT que trabalhasse em alternativas para reduzir os custos com as notificações, as publicações, dentre outras medidas que, atualmente, encarecem a operação do contrato. Na oportunidade, a Presidente, ciente da dificuldade do DNIT com a publicação das notificações no Diário Oficial da União – D.O.U., noticiou aos presentes que já tem realizado tratativas, visando à alteração de uma resolução do CONTRAN que prevê a publicação das notificações no D.O.U., de modo a auxiliar o DNIT nessa tarefa de reduzir gastos. Assentindo, o Senhor Valter também falou que tem estudado com a Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT um modo de realizar a penalização da empresa atualmente contratada pela má prestação do serviço de captura de imagens. A Presidente disse concordar com essa ação e reforçou a necessidade de que a empresa seja notificada, além de perguntar se haveria mais alguma colocação a ser feita sobre o assunto. O Senhor Luiz Augusto, então, concluiu esclarecendo que o novo edital já possui modificações para melhorar os processos. No que concerne ao **Item 5 – Listagem de licitações do DNIT cuja monta ultrapassa os 600 (seiscentos) milhões de reais**, o Senhor Valter Casimiro informou que somente o procedimento referente à contratação do Plano Nacional de Controle de Velocidade – PNCV ultrapassa os seiscentos milhões de reais, com previsão de atingir o montante de R\$2,5 bilhões (dois bilhões e quinhentos milhões de reais). Os Conselheiros tomaram conhecimento da informação. Dando prosseguimento à Reunião, a Senhora Presidente passou ao **Item 6 – Aprovação da nomeação do novo Auditor Chefe do DNIT e da exoneração do atual titular**, sugerindo a retirada de pauta do assunto para melhor análise, discussão, devendo ser deliberado em uma próxima Reunião do CONSAD. Os membros presentes se posicionaram de acordo com a proposição. Por fim, em relação ao **Item 7 – Assuntos Gerais**, a Presidente distribuiu aos Conselheiros o Ofício nº. 1806/2015/DG/DNIT, datado de 17/11/2015, que responde ao Ofício nº. 737/2015-SR/MT, datado de 23/10/2015, o qual trata da Correspondência Sec. 028/2015, de 21/10/2015, encaminhada pela empresa ANEOR e que versa sobre o Memorando-Circular nº. 43/DG/DNIT, de 07/10/2015. Afirmou que o Ofício distribuído esclarece que, com a descentralização administrativa da gestão de obras e serviços rodoviários, não há quebra de cronologia e falta de isonomia e que a descentralização da gestão orçamentária e financeira dos contratos de obras e serviços rodoviários está sendo discutida entre todas as Diretorias do DNIT, de modo que, quando concluída a discussão, deverão ser elucidados os procedimentos relativos aos pagamentos executados de forma descentralizada. Após o esclarecimento, a Senhora Presidente informou que, em posse da resposta do DNIT encaminhada por meio do Ofício nº. 1806/2015/DG/DNIT, deverá ser elaborada réplica destinada à empresa ANEOR. Em seguida, o Senhor Valter Casimiro informou aos Conselheiros sobre deliberação da Diretoria Colegiada, em Reunião Extraordinária, realizada no dia 25/11/2015, a respeito da suspensão da descentralização de pagamentos relativos a obras para 05 (cinco) Superintendências Regionais, quais sejam, nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraíba e Tocantins, a qual havia sido autorizada por meio do Memorando Circular nº. 43, de 07/10/2015. Disse que essa medida foi tomada devido ao fato de que grande parte das Superintendência ainda não dispõe de condições técnicas e de pessoal qualificado para desempenho das atividades correlatas ao assunto. Desse modo, mencionou que ficou decidido que a descentralização será feita somente após o desenvolvimento de um plano de capacitação para os servidores e depois da estruturação da área responsável pela parte financeira e orçamentária nas Regionais. Concluindo, a Senhora Natália Marcassa, retomando a questão do Plano Nacional de Controle de Velocidade – PNCV, perguntou ao Diretor Geral do DNIT se foi aprovado o contrato com o Imprensa Nacional para dar publicidade às notificações pendentes. O Senhor Valter afirmou que o novo contrato foi aprovado e está em vias de ser assinado. Nada mais

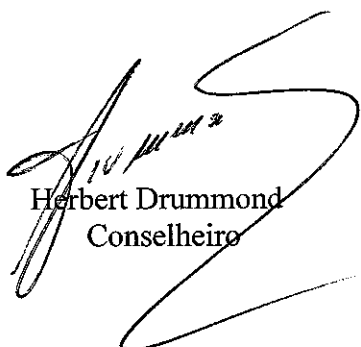
havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às doze horas e vinte e cinco minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pela Senhora Presidente e pelos demais Conselheiros.-----



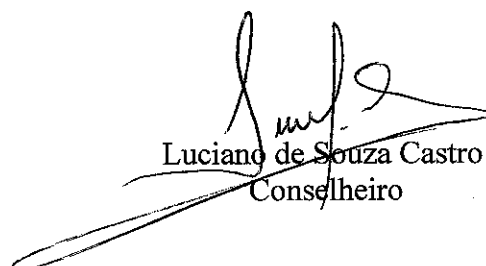
Natália Marcassa de Souza
Presidente



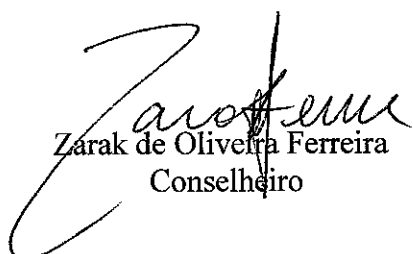
Valter Casimiro Silveira
Conselheiro



Herbert Drummond
Conselheiro



Luciano de Souza Castro
Conselheiro



Zarak de Oliveira Ferreira
Conselheiro



Marcela Braz do Couto
Secretária-Executiva